

INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank



Instituto **SoudaPaz**

A paz na prática

SEGURANÇA PÚBLICA É SOLUÇÃO

SUMÁRIO EXECUTIVO

10 Propostas para as eleições presidenciais

2022

SEGURANÇA PÚBLICA É SOLUÇÃO 2022

SUMÁRIO EXECUTIVO

10 Propostas para as eleições presidenciais

As eleições de 2022 combinam dois desafios centrais para o país: além da urgência de propostas que respondam aos reais desafios da população brasileira e garantam os caminhos para um país mais seguro, inclusivo e que reverta a desigualdade de acesso a direitos que afeta principalmente grupos racializados e minorizados, é fundamental reverter os retrocessos que marcaram a agenda de segurança pública nos últimos anos.

O governo federal tem um papel fundamental na orientação, coordenação e financiamento das políticas de segurança pública, em articulação com estados e municípios, além da execução de políticas que estão sob sua competência. Ao longo dos últimos anos, contudo, no âmbito federal, retrocedemos, especialmente na política de controle de armas e munições do país, que é fundamental para nossa segurança e democracia.

Além de ir na contramão das evidências sobre os impactos negativos da facilitação do acesso a armas de fogo e munições, incluindo a armas que antes eram de uso restrito às forças de segurança, a política armamentista em curso ignora o que quer a população brasileira. **De acordo com a pesquisa de opinião encomendada pelos institutos Igarapé e Sou da Paz e realizada pelo Datafolha em junho de 2022, 83% da população brasileira acredita que só profissionais da segurança devem poder andar armados nas ruas. Para 63% dos brasileiros e brasileiras, pessoas comuns não deveriam poder comprar armas iguais ou mais potentes que as armas das polícias, como os fuzis.**

A pesquisa mostra ainda que 61% concordam que pessoas comuns só deveriam comprar uma arma com justificativa, 71% defendem um limite para quantidade de armas, sendo que 63% acreditam que cidadãos comuns habilitados deveriam ter no máximo duas armas. A maioria da população, representada por 60% dos entrevistados, diz que se sente menos segura sabendo que há pessoas comuns armadas ao seu redor, com alcance mais amplo entre as mulheres e na região sul.

Diante desse cenário, a **Agenda Segurança Pública é Solução 2022¹**, elaborada pelos institutos Sou da Paz e Igarapé, destaca **5 medidas urgentes** que precisam ser adotadas para a reversão do descontrole armado no país e apresenta também **5 eixos de ação prioritários** para candidatos e candidatas efetivamente comprometidos com a redução das várias formas de violência que afetam a vida de milhares de brasileiros e brasileiras.

1 A primeira edição da "Agenda Segurança Pública é Solução", lançada em 2018, foi elaborada pelos institutos Igarapé e Sou da Paz e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Como reverter o descontrole armado no país?

A próxima gestão federal precisa assumir o compromisso de reverter os atos normativos que vão na contramão da atual legislação de controle de armas e munições no país. Também se faz urgente reorientar a política para o fortalecimento das capacidades de controle e fiscalização estatais, do enfrentamento do tráfico de armas e munições e da redução da violência armada.

PROPOSTA 01

Revogação da política armamentista:

(i) revogar os decretos, portarias e outras normas editadas ao longo dos últimos anos que banalizaram o acesso a armas e munições;

(ii) substituí-los por normas que recomponham uma política de controle responsável de armas e munições no país, orientada pela redução dos riscos de violência armada e pelo enfrentamento do tráfico de armas e munições.

PROPOSTA 02

Porte de armas apenas para profissionais de segurança e defesa:

(i) respeitar a excepcionalidade do porte de armas prevista em lei, mantendo o porte apenas para os profissionais de segurança, defesa e aos casos excepcionais avaliados pela Polícia Federal;

(ii) colocar fim ao porte camuflado (porte de trânsito) concedido para categorias como caçadores, atiradores e colecionadores desportivos.

PROPOSTA 03

Armas mais potentes apenas nas mãos da polícia e marcação em todas as munições:

(i) retomar o parâmetro vigente até 2018 para armas de calibre restrito, reduzindo o acesso de civis a armas de guerra, em especial os fuzis semi-automáticos;

(ii) garantir a marcação de todas as munições comercializadas no país.

PROPOSTA 04

Exigir a efetiva necessidade e limites máximos de compra readequados para civis:

(i) retomar a exigência legal de demonstração de efetiva necessidade para compra de armas de fogo, bem como os limites de compra de armas e munições vigentes antes das alterações realizadas a partir de 2019.

PROPOSTA 05

Reverter o descaso com os sistemas de registro de armas comercializadas e adquiridas no país:

(i) assegurar a atualização e confiabilidade dos bancos de dados de fabricação, comércio e registro de armas e munições no país ²;

(ii) garantir a integração dos principais sistemas de registro de armas, o SINARM (Polícia Federal) e o SIGMA (Exército);

(iii) garantir mecanismos rápidos e eficientes de acesso aos bancos de dados de armas (SIGMA/SISNAR e SINARM) aos policiais via INFOSEG, garantindo a policiais militares e rodoviários meios de fiscalização, e à polícia judiciária (civil e federal) meios para realizar rastreamento e investigação de crimes envolvendo armas de fogo;

(iv) desenvolver sistemas próprios para o controle da fabricação e venda de armas e munições (substituindo o Sistema de Controle Fabril de Armas - SICOFA e Sistema de Controle de Venda e Estoque de Munições - SICOVEM desenvolvidos pela própria indústria de armas) com acesso direto das polícias judiciárias (Polícias Civas e Polícia Federal).

2 www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/07/exercito-admite-nao-conseguir-detalhar-armas-nas-maos-de-atiradores-e-cacadores.shtml

O que mais precisamos para garantir a segurança pública como um direito fundamental de toda cidadã e todo cidadão?

Além da urgência do restabelecimento de uma política de controle de armas e munições responsável e baseada em evidências, apresentamos outros **5 eixos de ação prioritários** para candidatos e candidatas efetivamente comprometidos com a redução das diferentes formas de violência que afetam milhares de brasileiros e brasileiras todos os anos.

Esses eixos devem considerar a profunda desigualdade e injustiça que definem o acesso a direitos por grupos racializados e minorizados. É imprescindível que eles priorizem o enfrentamento ao racismo, à violência de gênero, à discriminação da população LGBTQIA+ e avancem na proteção integral de crianças e adolescentes, bem como dos povos originários e comunidades tradicionais.

PROPOSTA 06

Enfrentar a impunidade dos crimes contra a vida:

- (i) priorizar a redução dos homicídios, preservando a vida;
- (ii) criar um indicador nacional de esclarecimento de homicídios;
- (iii) orientar a oferta de recursos públicos federais de acordo com metas de redução de homicídios.

PROPOSTA 07

Enfrentamento ao crime organizado:

- (i) racionalizar o sistema prisional brasileiro, reduzindo a alta taxa de detentos provisórios que cumprem pena sem uma sentença definitiva;
- (ii) fortalecer as agências reguladoras e as capacidades de estados e municípios na regulação de prestação de serviços para redução do poderio econômico do crime organizado associado ao controle territorial;
- (iii) cessar as privações e violações contra a população prisional que, contribuem, em grande medida, para o fortalecimento do controle do sistema prisional pelas facções criminosas;

(iv) reorientar a política de drogas para ajudar o usuário problemático, retirá-lo da esfera criminal, estabelecer critérios objetivos de diferenciação entre usuários e traficantes e facilitar o acesso à cannabis medicinal;

(v) assegurar mecanismos de ressocialização e reinserção de presos e egressos para que seja quebrado o vínculo entre apenados e as facções criminosas que controlam o sistema prisional.

PROPOSTA 08

Fortalecimento de corporações policiais democráticas e orientadas à prestação de serviços à comunidade:

(i) orientar a atividade policial à proteção das pessoas e à prestação de serviços à comunidade;

(ii) garantir a valorização do trabalhador policial, a partir da proteção e garantia de direitos e de condições apropriadas de trabalho, com destaque ao fortalecimento dos programas de atenção da saúde física e mental;

(iii) modernizar a legislação que regulamenta as corporações policiais;

(iv) aprimorar e fortalecer mecanismos de controle externo da atividade policial, incluindo a implementação de mecanismos de controle do uso da força;

(v) enfrentar os processos de politização e de instrumentalização política das corporações policiais.

PROPOSTA 09

Prevenção da violência, com prioridade máxima a grupos racializados e minorizados:

- (i) garantir o acesso à educação pública, articulando com estados e municípios a implementação de programas de busca ativa contra o abandono e evasão escolares, agravados pela pandemia;
- (ii) promover, em coordenação com estados e municípios, programas de inclusão no mercado de trabalho e de geração de renda;
- (iii) garantir a priorização dos grupos sociais que são mais afetados por diferentes formas de violência no país: população negra, mulheres, crianças e adolescentes, população LGBTQIA+, povos originários e comunidades tradicionais, pessoas em situação de rua e demais grupos em risco biopsicossocial.

PROPOSTA 10

Proteção da Amazônia e de suas populações:

- (i) enfrentar o ecossistema de crimes e ilícitos ambientais e a crescente violência na Amazônia;
- (ii) garantir a proteção dos direitos fundamentais das populações na região.



INSTITUTO IGARAPÉ

a think and do tank

O Instituto Igarapé é um think and do tank independente, dedicado à integração das agendas de segurança, clima e desenvolvimento. Nosso objetivo é propor soluções e parcerias a desafios globais por meio de pesquisas, novas tecnologias, influência em políticas públicas e comunicação. Somos uma instituição sem fins lucrativos, independente e apartidária, com sede no Rio de Janeiro, mas cuja atuação transcende fronteiras locais, nacionais e regionais. Premiada como a melhor ONG de Direitos Humanos no ano de 2018, o melhor think tank em política social pela Prospect Magazine em 2019 e considerada pelo Instituto Doar, pelo segundo ano consecutivo, como uma das 100 melhores organizações brasileiras do terceiro setor.

www.igarape.org.br

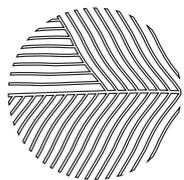


Instituto **SoudaPaz**

A paz na prática

O Instituto Sou da Paz trabalha há mais de 20 anos para contribuir com a efetivação de políticas públicas de segurança, prevenção da violência e redução da impunidade. Referência internacional em temas como controle de armas, justiça juvenil e atividade policial, o Instituto estuda a fundo as dinâmicas das violências, o papel da arma de fogo e seus efeitos na desigualdade racial e de gênero. Nosso objetivo é produzir informações de interesse público e construir pontes com governos e organizações para desenvolver boas práticas de segurança, buscando estimular uma agenda de futuro pautada pelos valores da democracia, justiça social e direitos humanos.

www.soudapaz.org



INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank



Instituto **SoudaPaz**

A paz na prática

igarape.org.br

soudapaz.org